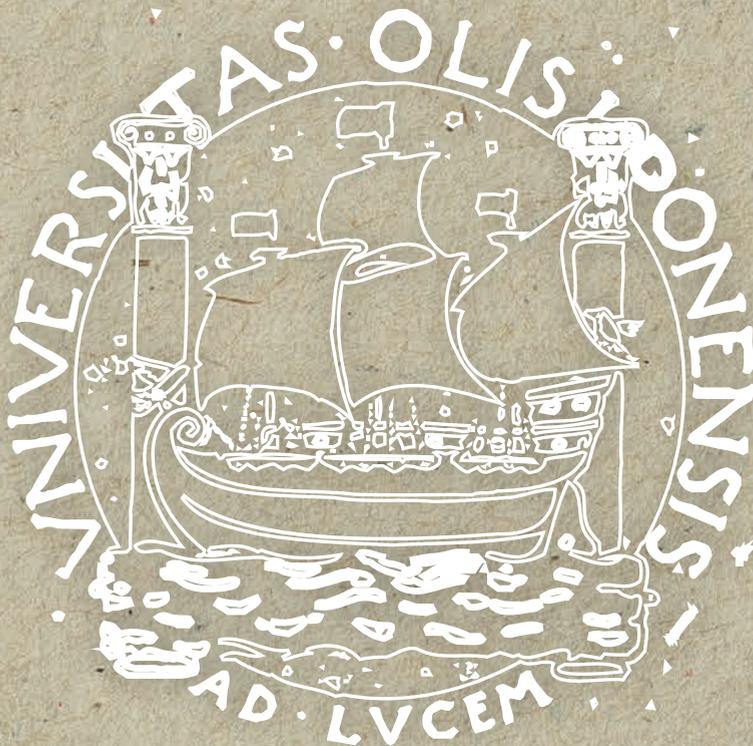


REVISTA DA
FACULDADE DE DIREITO DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

LISBON LAW REVIEW



ANO LXII

2021

NÚMERO 2

REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO
DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
Periodicidade Semestral
Vol. LXII (2021) 2

LISBON LAW REVIEW

COMISSÃO CIENTÍFICA

Alfredo Calderale (Professor da Universidade de Foggia)
Christian Baldus (Professor da Universidade de Heidelberg)
Dinah Shelton (Professora da Universidade de Georgetown)
Ingo Wolfgang Sarlet (Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)
Jean-Louis Halpérin (Professor da Escola Normal Superior de Paris)
José Luis Díez Ripollés (Professor da Universidade de Málaga)
José Luís García-Pita y Lastres (Professor da Universidade da Corunha)
Judith Martins-Costa (Ex-Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Ken Pennington (Professor da Universidade Católica da América)
Marc Bungenberg (Professor da Universidade do Sarre)
Marco Antonio Marques da Silva (Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Miodrag Jovanovic (Professor da Universidade de Belgrado)
Pedro Ortego Gil (Professor da Universidade de Santiago de Compostela)
Pierluigi Chiassoni (Professor da Universidade de Génova)

DIRETOR

M. Januário da Costa Gomes

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Pedro Infante Mota
Catarina Monteiro Pires
Rui Tavares Lanceiro
Francisco Rodrigues Rocha

SECRETÁRIO DE REDAÇÃO

Guilherme Grillo

PROPRIEDADE E SECRETARIADO

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade – 1649-014 Lisboa – Portugal

EDIÇÃO, EXECUÇÃO GRÁFICA E DISTRIBUIÇÃO LISBON LAW EDITIONS

Alameda da Universidade – Cidade Universitária – 1649-014 Lisboa – Portugal

ISSN 0870-3116

Depósito Legal n.º 75611/95

Data: Março, 2022

-
- M. Januário da Costa Gomes**
9-12 Editorial

ESTUDOS DE ABERTURA

-
- Eduardo Vera-Cruz Pinto**
15-64 *A interpretatio legis na norma do artigo 9.º do Código Civil e a interpretatio iuris no ius Romanum (D. 50.16 e 17)*
The interpretatio legis in the norm of Article 9 of the Civil Code and the interpretatio iuris in the ius Romanum (D. 50.16 e 17)
-
- Francesco Macario**
65-89 *Rinegoziatione e obbligo di rinegoziare come questione giuridica sistematica e come problema dell'emergenza pandemica*
Renegociação e dever de renegociar como questão jurídica sistemática e como problema da emergência sanitária

ESTUDOS DOUTRINAIS

-
- António Barroso Rodrigues**
93-128 *A tutela indemnizatória no contexto familiar*
Compensation of damages in the family context
-
- Aquilino Paulo Antunes**
129-148 *Medicamentos de uso humano e ambiente*
Medicines for human use and environment
-
- Fernando Loureiro Bastos**
149-167 *Art market(s): from unregulated deals to the pursuit of transparency?*
Mercado(s) da arte: de negócios a-jurídicos para a procura da transparência?
-
- Francisco Rodrigues Rocha**
169-211 *Seguro de responsabilidade civil de embarcações de recreio*
Assurance de responsabilité civile de bateaux de plaisance
-
- Ingo Wolfgang Sarlet | Jeferson Ferreira Barbosa**
213-247 *Direito à Saúde em tempos de pandemia e o papel do Supremo Tribunal Federal brasileiro*
Right to Health in Pandemic Times and the Role of the Brazilian Federal Supreme Court
-
- João Andrade Nunes**
249-276 *A Regeneração e a humanização da Justiça Militar Portuguesa – A abolição das penas corporais no Exército e o Regulamento Provisório Disciplinar do Exército em Tempo de Paz (1856)*
The “Regeneração” and the humanisation of Portuguese Military Justice – The abolishment of corporal punishment in the Army and the Army’s Provisional Disciplinary Regulation in the Peacetime (1856)

-
- 277-307 **João de Oliveira Geraldes**
Sobre os negócios de acerto e o artigo 458.º do Código Civil
On the declaratory agreements and the article 458 of the Civil Code
-
- 309-325 **José Luís Bonifácio Ramos**
Do Prémio ao Pagamento da Franquia e Figuras Afins
From Premium to Deductible Payments and Related Concepts
-
- 327-355 **Judith Martins-Costa | Fernanda Mynarski Martins-Costa**
Responsabilidade dos Agentes de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (“FIDC”): riscos normais e riscos não suportados pelos investidores
Liability of Agents of Receivables Investment Funds: normal risks and risks not borne by investors
-
- 357-389 **Luís de Lima Pinheiro**
O “método de reconhecimento” no Direito Internacional Privado – Renascimento da teoria dos direitos adquiridos?
The “Recognition Method” in Private International Law – Revival of the Vested Rights Theory?
-
- 391-405 **Mario Serio**
Contract e contracts nel diritto inglese: la rilevanza della buona fede
Contract e contracts: a relevância da boa fé
-
- 407-445 **Miguel Sousa Ferro | Nuno Salpico**
Indemnização dos consumidores como prioridade dos reguladores
Consumer redress as a priority for regulators
-
- 447-465 **Peter Techet**
Carl Schmitt against World Unity and State Sovereignty – Schmitt’s Concept of International Law
Carl Schmitt contra a Unidade Mundial e a Soberania do Estado – O Conceito de Direito Internacional de Schmitt
-
- 467-489 **Pierluigi Chiassoni**
Legal Gaps
Lacunae jurídicas
-
- 491-539 **Rafael Oliveira Afonso**
O particular e a impugnação de atos administrativos no contencioso português e da União Europeia
Private applicant and the judicial review of administrative acts in the Portuguese and EU legal order
-
- 541-560 **Renata Oliveira Almeida Menezes**
A justiça intergeracional e a preocupação coletiva com o pós-morte
The inter-generational justice and the collective concern about the post-death
-
- 561-608 **Rodrigo Lobato Oliveira de Souza**
Religious freedom and constitutional elements at the social-political integration process: a theoretical-methodological approach
Liberdade religiosa e elementos constitucionais no processo de integração sociopolítica: uma abordagem teórico-metodológica

-
- Telmo Coutinho Rodrigues**
609-640 “Com as devidas adaptações”: sobre os comandos de modificação nas normas remissivas como fonte de discricionariedade
“Mutatis mutandis”: on modification commands in referential norms as a source of discretion

ESTUDOS REVISITADOS

-
- Ana Paula Dourado**
643-655 A “Introdução ao Estudo do Direito Fiscal” (1949-1950), de Armindo Monteiro, revisitada em 2021
Introduction to Tax Law (1949-1950), by Armindo Monteiro, Revisited in 2021

-
- Pedro de Albuquerque**
657-724 Venda real e (alegada) venda obrigacional no Direito civil, no Direito comercial e no âmbito do Direito dos valores mobiliários (a propósito de um Estudo de Inocêncio Galvão Telles)
Real sale and the (so-called) obligational sale in civil law, in commercial law and in securities law (about a study of Inocêncio Galvão Telles)

VULTOS DO(S) DIREITO(S)

-
- António Menezes Cordeiro**
727-744 Claus-Wilhelm Canaris (1937-2021)
-
- Paulo de Sousa Mendes**
745-761 O caso Aristides Sousa Mendes e a Fórmula de Radbruch: “A injustiça extrema não é Direito”
The Aristides de Sousa Mendes Case and Radbruch’s Formula: “Extreme Injustice Is No Law”

JURISPRUDÊNCIA CRÍTICA

-
- Ana Rita Gil**
765-790 O caso *Neves Caratão Pinto c. Portugal*: (mais) um olhar do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos sobre a aplicação de medidas de promoção e proteção a crianças em perigo
The case Neves Caratão Pinto vs. Portugal: one (more) look at the application of promotion and protection measures to children at risk by the European Court of Human Rights
-
- Jaime Valle**
791-802 A quem cabe escolher os locais da missão diplomática permanente? – Comentário ao Acórdão de 11 de dezembro de 2020 do Tribunal Internacional de Justiça
Who can choose the premises of the permanent diplomatic mission? – Commentary on the Judgment of 11 December 2020 of the International Court of Justice

-
- Jorge Duarte Pinheiro**
803-815 Quando pode o Estado separar as crianças dos seus progenitores? – o caso *Neves Caratão Pinto c. Portugal*
In which circumstances can a State separate children from their parents? – case Neves Caratão Pinto v. Portugal

VIDA CIENTÍFICA DA FACULDADE

-
- José Luís Bonifácio Ramos**
819-827 Transição Digital no Ensino do Direito
Digital Transition in Teaching Law
-
- Margarida Silva Pereira**
829-843 Arguição da tese de doutoramento de Adelino Manuel Muchanga sobre “A Responsabilidade Civil dos cônjuges entre si por Violação dos Deveres Conjugais e pelo Divórcio”
Intervention in the public discussion of the doctoral thesis presented by Adelino Manuel Muchanga on the subject “Civil Liability of the Spouses between themselves due to Violation of Marital Duties and Divorce”
-
- Miguel Teixeira de Sousa**
845-855 Arguição da tese de doutoramento do Lic. Pedro Ferreira Múrias (“A Análise Axiológica do Direito Civil”)
Discussion of the Doctoral Thesis of Pedro Ferreira Múrias (“A Análise Axiológica do Direito Civil”)
-
- Paulo Mota Pinto**
857-878 Arguição da dissertação apresentada para provas de doutoramento por Pedro Múrias, *A análise axiológica do direito civil*, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 11 de novembro de 2021
Discussion of the Doctoral Thesis of Pedro Ferreira Múrias, “A Análise Axiológica do Direito Civil”, Lisbon Law School, 11th November 2021
-
- Teresa Quintela de Brito**
879-901 Arguição da Tese de Doutoramento apresentada por Érico Fernando Barin – *A natureza jurídica da perda alargada*
Oral Argument and Discussion of the PhD Thesis presented by Érico Fernando Barin – The juridical nature of the extended loss

Editorial

M. Januário da Costa Gomes*

A Revista da Faculdade apresenta-se no número 2.2021 com o dinamismo e o grau de participação a que vem habituando a Escola, o que é, desde logo, evidenciado pelo elevado número de artigos (32), pela introdução de novas Secções, pela diversidade temática e pela significativa participação de autores de outras Escolas, estrangeiras e nacionais.

Assim, dando sequência ao propósito, manifestado no Editorial do número 1.2020, de a Revista não se confinar a um modelo rígido de Secções, introduzem-se neste número as Secções “Vultos do(s) Direito(s)” e “Estudos Revisitados”.

Na primeira destas novas Secções, a Revista tem a honra de ter como primeiro autor António Menezes Cordeiro, Professor Decano da Faculdade, num escrito em que são evocadas a pessoa e a obra de um notável vulto do Direito que foi – que é – Claus-Wilhelm Canaris, Doutor *honoris causa* pela Universidade de Lisboa, cujos ensinamentos marcaram e continuam a marcar a ciência jurídica e a nossa Escola.

Porque a nova Secção se destina também a destacar e evocar vultos dos “Direitos”, Paulo de Sousa Mendes salienta o vulto notável de um homem, que, desde o ano 2021, repousa no Panteão Nacional, e que é um exemplo e símbolo, pelas suas atitudes, da coragem e da dignidade humanas, as quais bem carecem de ser evocadas e salientadas: Aristides de Sousa Mendes.

Uma outra nova Secção introduzida no presente número 2.2021, anunciada, de resto, no Editorial do número 1.2020, é a de “Estudos Revisitados”. O objectivo desta nova Secção é visitar criticamente textos marcantes, anteriormente publicados na Revista da Faculdade ou noutras fontes. E é assim que, nas novas páginas da Revista são recordados dois notáveis contributos de dois Doutores da Faculdade, publicados há algumas décadas, também nesta Revista: a “Introdução ao Estudo do Direito Fiscal”, de Armindo Monteiro, estudo revisitado por Ana Paula Dourado, e “Venda obrigatória e venda real”, de Inocêncio Galvão Telles, estudo revisitado por Pedro de Albuquerque.

* Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Diretor da Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – *Lisbon Law Review*.

Nos estudos de doutrina, divididos, conforme tem sido a prática recente da Revista, entre “Estudos de Abertura” e “Estudos Doutriniais”, importa, desde logo, salientar o contributo de dois grandes nomes da literatura jurídica italiana, cujas participações na Revista muito devem a Alfredo Calderale, membro da sua Comissão Científica e infatigável amigo da Faculdade e de Portugal: Francesco Macario, com um estudo de Direito Civil (“Rinegoziatione e obbligo di rinegoziare come questione giuridica sistematica e come problema dell’emergenza pandemica”), e Mario Serio, com um estudo de Direito Comparado (“Contract e contracts nel diritto inglese: la rilevanza delle buona fede”). A Revista conta ainda com um estudo de Pierluigi Chiassoni, membro da sua Comissão Científica e que de novo honra as suas páginas, agora com um estudo sobre “Legal Gaps”.

Entre os mais contributos de autores estrangeiros, destaco o estudo de Direito Internacional, de Peter Techet, “Carl Schmitt against World Unity and State Sovereignty – Schmitt’s Concept of International Law”, o estudo de Ingo Wolfgang Sarlet e Jeferson Ferreira Barbosa, sobre “Direito à Saúde em tempos de pandemia e o papel do Supremo Tribunal Federal brasileiro”, o estudo de Judith Martins-Costa e Fernanda Mynarski Martins-Costa, intitulado “Responsabilidade dos Agentes de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC)”, o estudo de Renata Oliveira Almeida Menezes, intitulado “A justiça intergeracional e a preocupação coletiva com o pós-morte” e ainda o estudo de Rodrigo Lobato Oliveira, intitulado “Religious freedom and constitutional elements at the social-political integration process: a theoretical-methodological approach”. Saliente-se que Ingo Wolfgang Sarlet e Judith Martins-Costa integram a Comissão Científica da Revista.

Os demais estudos que honram o número 2.2021 da Revista repartem-se por diversas áreas do saber. Assim, ainda que reconhecendo a relatividade deste tipo de ordenações, encontramos estudos de Direito Civil, como o de Eduardo Vera-Cruz Pinto (também com uma importante incursão no Direito Romano), intitulado “A *interpretatio legis* na norma do artigo 9.º do Código Civil e a *interpretatio iuris* no *ius Romanum* (D. 50.16 e 17)”, o de João de Oliveira Geraldês, intitulado “Sobre os negócios de acerto e o artigo 458.º do Código Civil” e o de António Barroso Rodrigues sobre “A tutela indemnizatória no contexto familiar”.

Ainda no Direito Privado, destacam-se dois estudos de Direito dos Seguros: o de José Luís Bonifácio Ramos, intitulado “Do Prémio ao Pagamento da Franquia e Figuras Afins” e o de Francisco Rodrigues Rocha, intitulado “Seguro de responsabilidade civil de embarcações de recreio”.

Na área do Direito Internacional Privado, destaco o estudo de Luís de Lima Pinheiro, intitulado “O “método do reconhecimento” no Direito Internacional Privado – Renascimento da teoria dos direitos adquiridos?”. Já no quadro inter ou multidisciplinar

do Direito dos mercados de arte, destaco o estudo de Fernando Loureiro Bastos “Art market(s): from unregulated deals to the pursuit of transparency?”.

Os temas centrados na saúde e matérias conexas regressam à Revista, de novo pela pena de Aquilino Paulo Antunes, com um estudo intitulado “Medicamentos de uso humano e ambiente”. A temática do Direito à Saúde está também presente, conforme acima assinalado, no estudo, em coautoria, de Ingo Wolfgang Sarlet.

Destaco, ainda, quatro estudos de diferentes áreas: o de Miguel Sousa Ferro e Nuno Salpico, intitulado “Indemnização dos consumidores como prioridade dos reguladores”, o de Telmo Coutinho Rodrigues, intitulado “«Com as devidas adaptações»: sobre os comandos de modificação nas normas remissivas como fonte de discricionariedade”, o de João Andrade Nunes, intitulado “A Regeneração e a humanização da Justiça Militar Portuguesa – A abolição das penas corporais no Exército e o Regulamento Disciplinar do Exército em Tempo de Paz (1856)” e ainda o de Rafael Oliveira Afonso, com o título “O particular e a impugnação de atos administrativos no contencioso português e da União Europeia”.

A Secção “Jurisprudência Crítica” apresenta-se, conforme tem sido usual, rica e diversificada. Destaque-se, desde logo, a atenção suscitada pelo Acórdão do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, no caso “Neves Caratão Pinto c. Portugal”, o qual é objeto das análises críticas de Jorge Duarte Pinheiro e de Ana Rita Gil, dois Professores da Faculdade, convidados, para o efeito, pela Revista, também em função das suas pertenças a áreas científicas diversas, potenciadoras, *a priori*, de diferentes ângulos ou perspetivas de análise. São eloquentes os seguintes dizeres constantes dos títulos, respectivamente, de Ana Rita Gil e Jorge Duarte Pinheiro: “(mais) um olhar do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos sobre a aplicação de medidas de promoção e proteção a crianças em perigo” e “Quando pode o Estado separar as crianças dos seus progenitores?”.

De assinalar também a apresentação e análise crítica, feita por Jaime Valle, do Acórdão do Tribunal Internacional de Justiça de 11 de dezembro de 2020: “A quem cabe escolher os locais da missão diplomática permanente?”.

A Revista apresenta, finalmente, na tradicional Secção “Vida Científica da Faculdade”, os textos de três arguições de doutoramento na Universidade de Lisboa. Assim, relativamente às provas de doutoramento de Pedro Ferreira Múrias, com a tese “A Análise Axiológica do Direito Civil”, são publicados os textos das arguições de Miguel Teixeira de Sousa, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, e de Paulo Mota Pinto, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. A Revista integra ainda o texto da arguição de Teresa Quintela de Brito nas provas de doutoramento requeridas por Érico Fernando Barin, com a tese “A natureza jurídica da perda alargada”.

Finalmente, a Secção “Vida Científica da Faculdade” integra o texto de uma conferência de José Luís Bonifácio Ramos, proferida na Faculdade, sobre um tema cuja atualidade fala por si: “Transição Digital no Ensino do Direito”. Trata-se, de resto, de um tema que se insere numa ampla órbita temática a que a Revista conta dedicar um dos seus próximos números.

A terminar, reitero o incentivo, em especial aos Professores e Assistentes da Faculdade, para continuarem a honrar a nossa Revista, a qual tem assumido e continua a assumir, perante os autores e os leitores, um compromisso de qualidade e de rigor, traduzidos no sistema dual de controlo e revisão dos textos de que se deu nota no Editorial do número 2.2020 e no do número 1.2021.

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
1 de março de 2022.